

**TURMA:**

**NOME:**

## 10º SIMULADO DE HISTÓRIA

33. (ESPM) *Tratava-se de um parlamentarismo sem povo. Os partidos, criados pelas camadas economicamente dominantes, sem ideários muito nítidos, coagiam e manipulavam um eleitorado ínfimo, sem traduzir-lhes os interesses concretos. O caráter oligárquico definia tais partidos. Mais que isso, esta definição provinha de uma oligarquia enriquecida pelo oficialismo, em que só o controle do poder suscitava às maiorias vindas, do nada, levando-as a rezear participação popular.*

(Adriana Lopez; Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*)

A leitura do texto e o conhecimento do sistema político brasileiro do Segundo Reinado permitem afirmar que:

- (A) o poder moderador conduzia o processo, as maiorias eram forjadas e o poder legislativo era subordinado ao poder executivo;
- (B) havia um pluripartidarismo que expressava uma rica diversidade de ideários;
- (C) era expressiva a participação popular nos partidos, fato que era estimulado pelo sufrágio universal;
- (D) o parlamentarismo adotado no Brasil concentrou a autoridade no poder legislativo;
- (E) em função do bipartidarismo e das diversidades ideológicas, um partido defendia os interesses da aristocracia rural, enquanto o outro apoiava os setores urbanos populares e os camponeses.

34. (UNITAU SP) “Para muitos contemporâneos, em especial quando se encontravam na oposição, e historiadores, dentre eles José Murilo de Carvalho, o Poder Moderador acabava por desvirtuar o sistema monárquico gerando um “parlamentarismo às avessas”. Seguindo a mesma trilha, Raymundo Faoro afirma que o Poder Moderador seria entendido como o “grande eleitor”, responsável por deformar em certa medida o liberalismo no Brasil, já que não livre em sua essência. Sérgio Buarque de Holanda, de modo análogo, entende o quarto poder como uma excrescência em relação ao parlamentarismo britânico, tido como exemplo maior”.

HÖRNER, Erik. *O exótico, o desejado e o histórico. Estudos Avançados*, vol. 21, n. 61. São Paulo, 2007. Adaptado.

Em relação ao “parlamentarismo às avessas” citado no texto acima, é CORRETO afirmar:

- (A) Ele era necessário, pois a não interferência do imperador nas disputas políticas causaria eleições fraudulentas e uma representação nacional falseada, sem distinção dos partidos políticos.
- (B) Em caso de atrito, D. Pedro II poderia demitir seu ministério ou chamar novas eleições gerais, desde que o parlamento eleito pelo povo aprovasse a decisão do imperador.
- (C) De modo geral, o imperador escolhia o ministério dentre os dois partidos políticos da época, e esse gabinete determinava os rumos e os resultados das eleições que formariam a Câmara temporária.
- (D) O parlamentarismo às avessas pode ser considerado uma “excrescência”, porque, no Brasil, permitia ao imperador escolher os ministros e os senadores e dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições.
- (E) O Poder Moderador é considerado um parlamentarismo às avessas porque sua instituição abriu portas para uma nova fase de descentralização política no império, com a instituição das Assembleias Legislativas provinciais.

35. (ENEM) O número de votantes potenciais em 1872 era de 1 097 698, o que correspondia a 10,8% da população total. Esse número poderia chegar a 13%, quando separamos os escravos dos demais indivíduos. Em 1886, cinco anos depois de a Lei Saraiva ter sido aprovada, o número de cidadãos que poderiam se qualificar eleitores era de 117 022, isto é, 0,8% da população.

CASTELLUCCI, A. A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br](http://www.ifch.unicamp.br). Acesso em: 28 jul. 2012.

A explicação para a alteração envolvendo o número de eleitores no período é a:

- (A) criação da Justiça Eleitoral.
- (B) exigência da alfabetização.
- (C) redução da renda nacional.
- (D) exclusão do voto feminino.
- (E) coibição do voto de cabresto.

36. (Mackenzie SP) Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. (...) Tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário”.

Boris Fausto. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008, pp.179-180

O texto refere-se:

- (A) à República Oligárquica, cujo revezamento político das oligarquias paulista e mineira, no plano federal, consolidou os interesses da elite agroexportadora.
- (B) ao sistema político vigente no Segundo Reinado, que fortaleceu a figura do monarca e consolidou a ordem aristocrática-latifundiária-escravista imperial.
- (C) ao sistema bipartidário do Regime Militar no Brasil, que criou mecanismos fraudulentos de eleições e suprimiu as liberdades individuais dos cidadãos.
- (D) às divisões políticas e partidárias da República Populista, com os embates entre os conservadores e os entreguistas, no tocante à condução da política econômica.
- (E) aos mecanismos de poder existentes na Era Vargas, que permitiu o fortalecimento do presidente ao alternar no poder os grupos políticos aliados a ele.

37. (Unicesumar SP) "Uma das principais características da chamada segunda Revolução Industrial foi a exportação de capitais. Os banqueiros contavam com excesso de capital, resultante dos lucros gerados pela primeira Revolução Industrial."

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*, 2008, p. 486.

O movimento de capitais mencionado no texto pode ser exemplificado, no caso do Brasil e no mesmo período, pelos investimentos de capitalistas ingleses no setor:

- (A) da agricultura, adquirindo a maior parte dos engenhos ainda em atividade no país.
- (B) dos transportes, financiando a construção de ferrovias e implantando equipamentos de circulação urbana.
- (C) da metalurgia e siderurgia, implantando as primeiras instalações industriais de grande porte no país.
- (D) de energia, construindo as primeiras bases de extração de petróleo e de gás natural no país.
- (E) do comércio, criando as primeiras grandes lojas de tecidos e controlando o varejo de alimentos.

38. (Unievangélica GO) O fim do tráfico de escravos para o Brasil, ocorrido na segunda metade do século XIX, se relaciona à modernização ocorrida no país, pois:

- (A) o grupo dominante de plantadores de café e os grandes proprietários do Nordeste açucareiro se uniram, com o fim do tráfico, e continuaram aplicando seu capital somente nas grandes lavouras.

- (B) os preços subiram e capitais previamente aplicados no tráfico ficaram livres para serem investidos na modernização urbana e em máquinas a vapor para o processamento do café.
- (C) com o fim do tráfico, a mão de obra escrava foi substituída pelos imigrantes alemães, ingleses e japoneses que vieram trabalhar nas novas indústrias paulistas.
- (D) a modernização do país somente se deu com a permanência do trabalho escravo que, com o fim do tráfico, foi transferido das lavouras para as indústrias.

39. (ESPM) Durante todo o reinado de D. Pedro II, foi necessário administrar conflitos com a Inglaterra, a maior potência econômica da época e acostumada, desde a época colonial, a gozar de privilégios nas relações comerciais com o Brasil. Os atritos começaram logo em 1842, dois anos após a coroação, quando expirou o Tratado de Comércio de 1827. O governo de D. Pedro II decidiu não dar continuidade a essa política e o acordo de 1842 não foi renovado.

*(Sonia Guarita do Amaral. O Brasil como Império)*

Ao não renovar o Tratado de Comércio de 1827, o governo de D. Pedro II adotou em 1844:

- (A) a tarifa Alves Branco, uma medida protecionista;
- (B) a decisão de romper relações diplomáticas com a Inglaterra;
- (C) a decisão de conceder vantagens comerciais para a França;
- (D) a decisão de substituir a Inglaterra pelos EUA na condição de principal parceiro comercial do Brasil;
- (E) a tarifa Silva Ferraz que extinguiu a cobrança de tributos sobre produtos importados.

40. (UFSCAR SP) A expansão dos cafezais pelo interior de São Paulo, na segunda metade do século XIX, provocou muitas transformações, destacando-se:

- (A) a criação de faculdades, graças aos lucros da exportação, e o fortalecimento do monopólio de comércio.
- (B) a transferência da capital paulista, devido ao interesse da burguesia, e o desenvolvimento da indústria de base.
- (C) o estímulo à imigração europeia, para garantir a mão de obra necessária, e a construção de ferrovias.
- (D) a dinamização dos negócios nas cidades, graças à integração dos ex-escravos, e a aprovação da reforma agrária.
- (E) o fim da escravidão, devido à pressão norte-americana, e o predomínio de pequenas propriedades rurais.

41. (IFSC) O período da história brasileira, iniciado com a Proclamação da Independência em 1822 e encerrado com a Proclamação da República em 1889, ficou conhecido como Brasil Império.

Sobre esse período, leia e analise as seguintes afirmações:

- I. Foi a primeira forma de governo adotada no país, sendo que D. Pedro I foi o primeiro imperador; em seguida, ocorreu um período regencial, e por último, D. Pedro II foi o segundo imperador.
- II. O governo de D. Pedro II, conhecido também como Primeiro Reinado, ficou marcado por guerras pró-república, guerras em repúblicas vizinhas e início da escravidão.
- III. Além de diversos conflitos, o Segundo Reinado foi marcado pela pressão externa para abolir o escravismo. Assim, no dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel decretou a abolição da escravatura no Brasil.
- IV. No Império, o Brasil teve sua primeira Constituição outorgada em 25 de março de 1824, que garantia ampla participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmações II e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas a afirmação III é verdadeira.
- (C) Apenas a afirmação IV é verdadeira.
- (D) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmações I, II e IV são verdadeiras.

42. (PUC RS) Considere as afirmações abaixo sobre o Período Imperial brasileiro (1822-1889).

- I. O Primeiro Reinado caracterizou-se pelos constantes conflitos entre o Imperador e as elites do País, tendo em vista que D. Pedro I praticamente governou de forma autoritária, desconsiderando o Legislativo.
- II. Durante o Período Regencial, os governantes deixaram de ser hereditários e passaram a ser selecionados por eleições, o que leva a historiografia a considerar essa fase como sendo a primeira experiência republicana no País, pois os regentes eram escolhidos pelo voto universal direto.
- III. O Segundo Reinado foi um período de grande estabilidade política da história imperial, pois o imperador D. Pedro II ficou quase 50 anos no poder, governando com o apoio de um só partido, o Partido Conservador.
- IV. Dentre os fatores que contribuíram para a crise do regime imperial, podemos elencar o conflito do Imperador com o Exército, a crise entre a monarquia e a Igreja e, por fim, a abolição da escravidão, que levou a elite cafeeira fluminense a romper politicamente com a monarquia.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

43. (PUCCamp SP) Considere também o texto abaixo.

(...) foi promulgada, em 1850, a Lei de Terras. A nova lei reconhecia apenas a propriedade pela compra, ou seja, as invasões e as doações públicas ficaram proibidas. As terras já ocupadas deveriam ter sua propriedade regulamentada em cartório. Nas regiões mais distantes dos centros urbanos, no entanto, os posseiros, desinformados sobre a determinação legal, acabaram perdendo as terras para os latifundiários, que se dirigiam aos cartórios e registravam os lotes em seus nomes (...).

(PETTA, Nicolina L. de & OJEDA, Eduardo A. B. *História, uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 2003. p. 182)

O texto permite afirmar que a Lei promulgada no Segundo Reinado, por D. Pedro II,

- (A) estimulou a produção agrícola, uma vez que, ao associar terra livre ao trabalho livre, facilitava a aquisição da pequena propriedade por ex-escravo e imigrante dedicados a uma produção de subsistência.
- (B) promoveu um grande impacto na estrutura agrária brasileira, pois alterou as formas de produção agrícola ao estabelecer que a terra deveria ser propriedade unicamente de quem produz para a exportação.
- (C) reforçou a estrutura agrária brasileira fundada no período colonial, que se caracterizava pela concentração das terras, pela improdutividade e pelo predomínio da monocultura para a exportação.
- (D) promoveu o crescimento e a integração de um mercado consumidor interno de produtos agrícolas, na medida em que dificultou o acesso dos ex-escravos à propriedade de terras cultiváveis.
- (E) contribuiu para a superação da estrutura colonial agrária brasileira, que se baseava na distribuição de sesmarias e na concentração de terras produtivas unicamente nas mãos de poucos proprietários.

44. (UEFS BA) Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial nesses dias sempre solenes, marcados por muita liturgia cívica, o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria de gente nada refinada no trajar, destacava-se uma minoria sempre vestida com pompa e circunstância. Vestimentas de gala de autoridades civis, militares e eclesiásticas, roupas importadas — tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição.

Esse desfile de contrastes mostrava o que as eleições representavam: um momento de afirmação de hierarquias e distinções sociais. A estratificação ficava ainda mais visível nos direitos dos cidadãos brasileiros definidos na Constituição.

(CAVANI, 2007, p. 56-57) CAVANI, S. *Às urnas, cidadãos! Revista de História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 3, n. 26, Nov. 2007.

**TURMA:**

**NOME:**

As diferentes hierarquias sociais referidas no texto se reproduziam no sistema eleitoral do Brasil Monárquico,

- (A) mediante a liberdade dada a toda a população de se eleger para cargos do Poder Executivo, a exemplo dos Presidentes das Províncias.
- (B) pela oportunidade aberta aos votantes, independentemente da condição social, de que se elegeram para os diversos cargos do Legislativo Imperial.
- (C) no sistema de eleição direta, no qual escravos, mulheres e idosos tinham iguais oportunidades de participação.
- (D) através do voto censitário, que distinguia, pela renda e pela origem, os eleitores de primeiro grau (votantes) e os eleitores de segundo grau (eleitores).
- (E) no pleito aberto, restrito às populações urbanas cuja renda podia ser comprovada anualmente.

**Final Da Prova De História**

